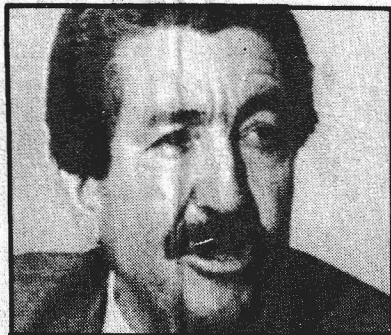


Pacto contra inflação poderá indicar superministro a Sarney

BRASÍLIA — Os presidentes e representantes de partidos políticos que participam dos entendimentos em torno de um programa de emergência para evitar a hiperinflação examinarão em sua próxima reunião, na quinta-feira, uma proposta de criação de um ministério extraordinário da economia — coordenando as pastas responsáveis pelo assunto sem que estas necessariamente sejam extintas — cujo titular seria nomeado por indicação do Congresso. A proposta é do representante do PMDB neste forum, o Líder do partido no Senado, Ronan Tito.

— Se vai haver um pacto em que o Congresso Nacional estará envolvido, é preciso haver alguém do pacto para executar as medidas — explicou ontem Ronan Tito, acrescentando que a pasta extraordinária teria sua existência prevista até a posse do novo Presidente, em 15 de março do próximo ano, e que seu titular se incumbiria de tomar as medidas necessárias para zerar o déficit público e localizar as fontes de excitação inflacionária.

A proposta de criação de um Ministério da Economia, caso aprovada



Tito: Congresso é peça-chave

pelos demais participantes da mesa de negociações do pacto — representantes de todos os partidos, com exceção do PT e do PDT — deverá acompanhar elenco de medidas econômicas que o Congresso pretende propor ao Executivo e aprovar a fim de evitar a hiperinflação e assegurar a realização das eleições de novembro.

Um grupo de economistas dos partidos está estudando estas medidas, entre elas a de limitar em 65% da arrecadação os gastos do Governo com pessoal (conforme prevê a Cons-

tituição), abrir mão de toda a renúncia fiscal até 15 de março próximo, suspender os subsídios da economia e renegociar a dívida externa limitando a 3% o pagamento do serviço da dívida.

Coordenador do pacto, o Presidente do Senado, Nelson Carneiro, acredita na aprovação das propostas até o final deste mês, mas considera difícil que o Congresso venha a indicar um Ministro da Economia. Segundo ele, o Congresso fará apenas sugestões, que o Presidente Sarney aceitará ou não. O cronograma do pacto prevê que suas propostas, após aprovadas pelos partidos, serão levadas à sociedade — empresários e trabalhadores — e, por fim, ao executivo.

Um outro que acha difícil haver mudanças na condução da política econômica é o Líder do PFL no Senado, Marcondes Gadelha, que participa com frequência das reuniões no Palácio do Planalto. Segundo ele, o Presidente Sarney tem feito questão de prestigiar seu Ministro da Fazenda, sem dar qualquer sinal de que aceitaria sua substituição. O Líder do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro, também não acredita na viabilidade da proposta.